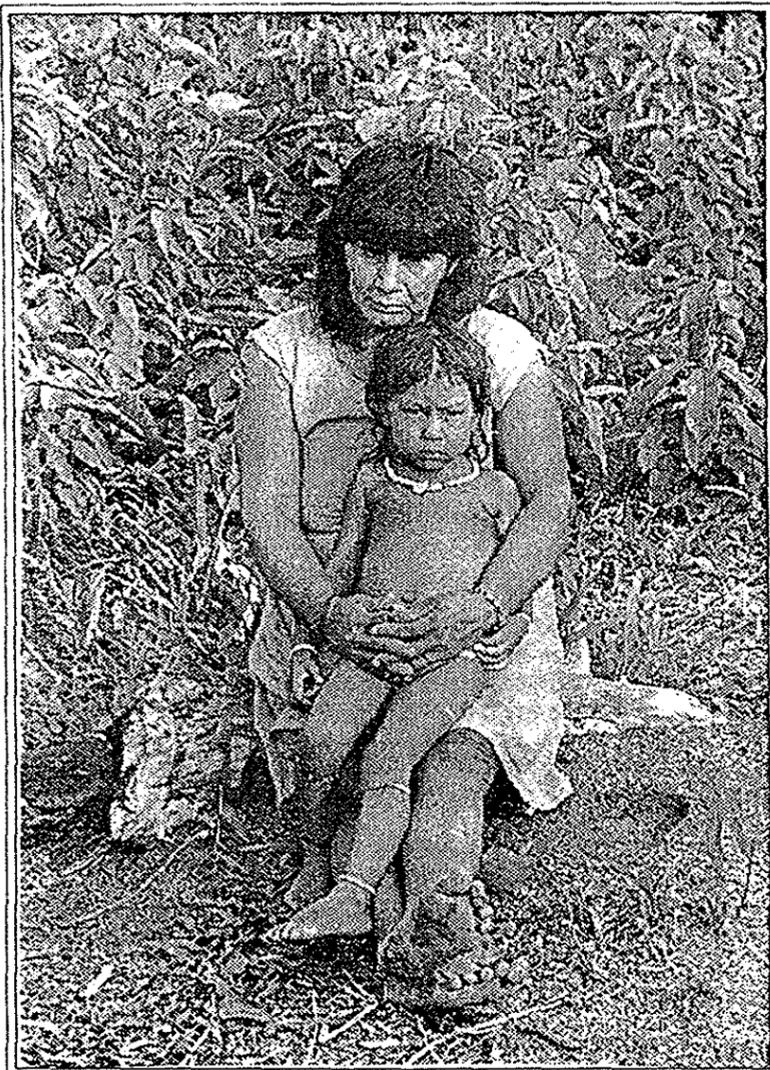


CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Migrante Class.: Waimiri Atoari
 Data: Fevereiro 1993 Pg.: 15 407

CARTA - DENÚNCIA



MULHER INDÍGENA, NA INCERTEZA DE UM CHÃO QUE LHE É DEVIDO.

Pres. Figueiredo, 12-12-92

Companheiros e amigos de "O Migrante".

Mais uma vez lhes escrevo para informar sobre esta parte da Amazônia.

5 mil toneladas de material radioativo acabam de ser enterradas na área do Pitinga, sob a responsabilidade da Paranapanema. Esse material transitou clandestinamente, desde agosto, pela reserva Waimiri Atoari e pelo município de Pres. Figueiredo. A população não foi informada a respeito do conteúdo e do perigo que essa carga representava. E as autoridades Municipais e Estaduais, não tomaram, até o momento, qualquer providência. A Mineração Taboca vêm constatando, pesquisando e lavrando minério radioativos no Pitinga desde o início dos anos 80. Além disso, trata-se da única mina brasileira, que se saiba, que mantém, in loco, um especialista em radioatividade.

A empresa já teve que mudar seu principal conjunto habitacional na mina, localizado no Igarapé Madeira, e depois precisou aterrar uma rua por causa do excesso de radioatividade.

Desde meados dos anos 80, correm boatos sobre pessoas do Pitinga que teriam sido afetadas pela radioatividade: Fala-se em perda dos dentes, fraqueza geral do organismo, problemas no aparelho respiratório sem diagnósticos convincentes, perda de cabelos, leucemia...

A Mineração Taboca (Paranapanema) realiza um rodízio absurdo de seu pessoal na mina. Seria apenas

para não pagar-lhes os direitos trabalhistas ou para diminuir o problema da contaminação radioativa de seus trabalhadores?

Desde início de agosto, os moradores de Pres. Figueiredo vêm passar diante de suas portas, carretas transportando em bolsas um estranho mineral, no sentido inverso à saída normal dos minérios de Pitinga.

A origem desse material ainda é dúvida. Algumas fontes nos informaram que esse material já estava estocado, há alguns meses, em Manaus, sob a guarda da Paranapanema e de um órgão público. A empresa teria pedido para jogá-lo no rio, mas fora impedida pelo referido órgão público. Por isso teria resolvido transferi-lo para Pitinga.

Motoristas das carretas transportadoras informaram que se trata de zirconita, que saíra do Pitinga para São Paulo, onde fora rejeitada e por isso estaria retornando ao seu local de origem. No dia das eleições, 3/10/92, um desses motoristas nos dizia que ainda haviam 1.200 toneladas estocadas em São Paulo, à espera de serem recambiadas para o Pitinga.

Finalmente, outra fonte nos informou que há alguns meses, o Parlamento Japonês teria tomado uma resolução que obrigava as firmas que trabalham com material radioativo, a devolverem aos grupos japoneses "The Industrial Bank of Japan" e "Marubini". Estaria ela entre as firmas atingidas pela resolução?

Entretanto, já sabemos também de fontes seguras, que pelo menos 5 mil toneladas desse material foram enterradas no Pitinga. Se fosse algum lixo inofensivo, bem podia ter sido enterrado em Manaus, São Paulo ou Japão. Além disso, já é de domínio público a rotina de procedimentos inescrupulosos do Grupo Paranapanema, desde quando se instalou nesta região, sempre acobertada pelo Governo Federal, Estadual e Local. Para refrescar a memória, segue uma pequena relação dos golpes contra os Waimiri Atoari e a população local:

1979 - O Governo concede ilegalmente, 5 alvarás de pesquisa e lavra de minérios à Paranapanema na reserva Waimiri Atoari.

1980 - O Governo altera o mapa da região para desmembrar a parte leste da reserva Waimiri Atoari em favor da Paranapanema.

1981 - O Presidente João Figueiredo, ratifica, mediante Dec. Lei de 23/11/81, o desmembramento da parte leste da reserva dos índios. 15 dias após é homenageado pelo Governo do Amazonas com a criação ilegal do Município de Presidente Figueiredo.

1982 - A FUNAI antecede à SACOPÁ, (uma empresa privada à serviço da Paranapanema é comandada por militares da ativa e da reserva) o controle da Reserva Waimiri Atoari à leste da BR- 174.

1984 - Diante das críticas às empresas invasoras de áreas indígenas, as eminências pardas no Governo começam a por as unhas de fora. Assim, José Belforte, diretor da DNPM e atual Secretário do Meio Ambiente do Amazonas, sai em defesa de. Paranapanema afirmando

que ela "recolhe impostos para construir dezenas de hospitais e escolas". Só que os Governos ao quais Belforte continua servindo já mais mostraram essas obras.

1985 - A mineração Taboca anuncia que a rentabilidade da empresa é nove vezes superior à taxa média obtida pelas empresas brasileiras e maior que qualquer mercado financeiro. Enquanto isso, a população local de Presidente Figueiredo, fogia do Município fustigada pela fome e falta de perspectivas.

1986 - Suspeitas de irregularidades na exportação de minérios e um novo golpe contra os índios é armado pela Paranapanema através da assinatura de um termo de compromisso "com três líderes indígenas, que em troca de um projeto de bovinocultura cedem à empresa um território indefinido".

1987 - Desesperada com a ação enérgica da Igreja contra as atividades ilegais nas terras indígenas da Amazônia, a Paranapanema, com o apoio do Jornal "Estado de São Paulo", lança uma campanha difamatória contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

1988 - A Justiça Eleitoral do Amazonas instala 9 urnas eleitorais na propriedade privada da Paranapanema do Pitinga, criando assim um campo de concentração de eleitores através do qual controla o poder do Município de Pres. Figueiredo.

1989 - A Procuradoria Geral da República interdita "a estrada construída ilegalmente pela Paranapanema na área Waimiri Atoari" e pede à Polícia Federal "apuração dos fatos". Mas os políticos e autoridades regionais conseguem impedir a ação da Justiça.

1990 - É fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativistas de Minérios de Pres. Figueiredo e Pitinga. Mas a Paranapanema promove uma verdadeira caçada humana para seqüestrar a direção do Sindicato e demite todos os operários filiados ao mesmo.

1991 - O Deputado Átila Lins do Amazonas, intimamente ligado à Paranapanema, tenta através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, frustrada e cheia de ambigüidades, reeditar a campanha contra o CIMI.

1992 - No dia 18/10/92 "a Polícia Federal informou que PC-Farias cobrava propinas da Paranapanema para manter o monopólio da produção de estanho no Brasil". Informou ainda que José Carlos Araújo, o maior acionista da Paranapanema e já citado no caso Nagi-Nahas, do estouro das bolsas de valores do Rio e São Paulo, "aparece nos registros dos computadores do PC". Em abril quando começaram a aparecer as notícias do envolvimento de empresas no esquema de corrupção PC-Farias, J.C. Araújo "vendeu" suas ações para Otávio Lacombe e retirou-se discretamente do país indo residir em Paris.

É preciso que se esclareça ao público brasileiro o porquê de tanta impunidade. Como moradores do Mun. de Pres. Figueiredo e atingidos pelas consequências dessa grave suspeita do enterro de material radioativo aqui, solicitamos a vocês, companheiros, e amigos solidariedade no sentido de exigir um posicionamento do Governo do Amazonas, da FUNAI e do DNPM, cujos titulares desde 1979 vêm acobertando todo o tipo de golpes da Paranapanema contra o indefeso povo Waimiri Atoari e amazonense.

No mais, apesar das tristezas e preocupações que vivemos junto com toda população da região, lhes desejamos felicidades.

Com um forte abraço: Egydio, do Movimento de Apoio à Resist. Waimiri Atoari •